



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Eixo: Desenvolvimento Regional

Implicações Sociais e Econômicas da Emancipação Político-Administrativa, nos Municípios de Quarto Centenário/PR e Rancho Alegre D'Oeste/PR

Adalberto Dias de Souza¹

Aline Costa da Silva²

João Marcos Borges Avelar³

Marcos Junio F. de Jesus⁴

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar as implicações do processo de emancipação político administrativa, nos municípios de Quarto Centenário (QC) e Rancho Alegre d'Oeste (RAO), no período de 1988 a 2016. O processo foi analisado como elemento para transformação dos mesmos em novos espaços sociais e políticos para seus cidadãos. Na sequência abordamos os municípios objeto de estudo, no intuito de demonstrar e analisar as implicações do processo de emancipação política administrativa ocorrida em cada um deles e as perspectivas criadas por tal processo para o cotidiano dos cidadãos que residem nestas localidades. Os procedimentos utilizados indicaram a relevância das emancipações municipais para as localidades estudadas, pois demonstraram que houve avanços, os quais se traduzem em melhorias dos equipamentos e serviços públicos, disponibilizados para a população, proporcionando assim, ganhos sociais para a sociedade local, o que, conseqüentemente, contribuiu para o avanço da Mesorregião Centro-Occidental do Estado do Paraná, nas áreas social e econômica.

Palavras-chave: Gestão pública. Emancipações municipais. Ganhos sociais e econômicos.

Introdução

O município no Brasil teve e tem um papel importante na evolução e desenvolvimento de comunidades e cidades ambos por causa de sua proximidade social e dos serviços públicos prestados por governos através das

¹ Administrador, Doutor em Administração e Geografia, Docente da Unespar, ad.unespar@gmail.com.

² Graduada em Administração, Estagiária no DER/PR, alinecstslv@gmail.com.

³ Administrador, Doutor em Desenvolvimento Regional, Docente da Unespar, jmavelar@yahoo.com.br.

⁴ Administrador, Doutor em Administração, Docente da Unespar, marcos_junio@hotmail.com.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

suas administrações públicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o município representa a primeira ponte institucional entre cidadãos e instituições estatais.

Historicamente encontram-se dados que localizam o município como uma das mais antigas instituições política do mundo. De acordo com Souza (2016), na antiguidade o município corresponde, ao que é hoje conhecido como vilas e aldeias, tendo sua origem nos primórdios da humanidade, pela necessidade de formarem agrupamentos, garantindo assim a sobrevivência dos que ali habitavam. Com o passar do tempo esses povos foram desenvolvendo a agricultura, que requeria terras férteis, fertilidade esta que era proporcionada pelos rios, e que os limitou e os forçou a habitarem uma região fixa, tendo como princípio direto a necessidade alimentar e o acesso à água potável.

No decorrer do tempo os indivíduos desses agrupamentos humanos sentiram a necessidade de criar regras e normas para um bom convívio; e assim, nasceu o denominado espírito municipal, “[...] entendido como as aspirações de uma dada população (crenças, ideias, opiniões), que busca defender e propugnar tudo quanto lhe diz respeito” (SOUZA, 2016, p. 42). É partir daí que se inicia os primeiros vestígios do que, posteriormente, viria a ser o município.

A literatura sobre a instituição município ressalta que em todos os processos político-administrativos que envolvem a temática, em geral há conclusões que levam a posicionamentos favoráveis e contrários, considerando os prós e contras de tal processo. Há que se discutir aqui então então, no que tange ao processo de emancipação municipal, como tal processo ocorreu no período compreendido entre 1988 e 2016, que debates emergem nesse período, que resultados e quais as melhorias que auferem ganhos sociais para os novos municípios e também, principalmente, para os agentes mais interessados neste processo, ou seja, os cidadãos que residem nas localidades emancipadas.

Ao se proceder a uma leitura sobre os possíveis fatores que influenciam o processo emancipatório de distritos em municípios, observamos que muitas são as causas que levam os distritos a buscar sua emancipação política, segundo



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Bremaeker (1993), destacando-se dentre as quais: os interesses político-eleitoreiros, voltados para a obtenção de votos por parte dos defensores da emancipação; o descaso por parte da administração do município de origem, que muitas vezes priva seus distritos de serviços básicos como saneamento, postos de saúde, iluminação pública, energia elétrica e habitação; ou ainda, contrapondo-se a essa visão anterior, a existência de uma forte atividade econômica local e uma infra-estrutura de serviços tão satisfatória que já não se justifica a subordinação desse distrito ao governo do município a que pertence e para o qual contribui com recursos próprios. Havemos de considerar ainda, o fator extensão territorial de alguns municípios brasileiros, o que segundo alguns estudos é apontada, como sendo um dos fatores influenciadores da busca pelo processo de emancipação político administrativo de vários distritos.

Para Braga e Pateis (2003), há que se considerar ainda que surgem problemas decorrentes da criação de novos municípios no Brasil. Segundo os autores, as causas que normalmente levam ao processo de emancipação municipal, têm se demonstrado complexas, envolvendo, na maioria das vezes, interesses políticos e econômicos, os quais nem sempre convergem no sentido do desenvolvimento urbano ou da melhoria das condições de vida da população do novo município.

Outro aspecto gerador de críticas ao processo de emancipação municipal é o fato de que o acesso facilitado aos recursos oriundos do governo federal parecem ter restringido esforços por parte dos governos municipais, em atuarem de maneira mais eficaz, na expectativa de ampliar suas fontes de receita, evitando-se o desgaste de uma tributação mais ajustada. Porém, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, este aspecto tende, em princípio, a ser minimizado (BRAGA e PATEIS, 2003).

Entretanto, é preciso considerar também que existe uma quantidade significativa de estudos sobre o tema emancipação municipal, que defendem esse



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

processo, baseado em argumentos relevantes, tais como: alocação de recursos a disposição do novo município, possibilidade de melhoria do acesso a saúde, educação e transporte, dentre outros.

Assim sendo, baseados nos prós e contras apontados pelos estudos realizados até recentemente sobre o assunto, as emancipações municipais parecem que continuarão a ser pleiteadas pelos distritos, enquanto existir nos mesmos, ações a serem realizadas, principalmente aquelas demandadas dos meios estruturais, sociais e políticos. Nesse sentido, entendemos haver outros aspectos que devem ser considerados, na seqüência da análise sobre a emancipação dos municípios, levando-se em consideração a dinâmica dos desmembramentos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, o que parece justificar também uma avaliação em municípios criados recentemente no Estado do Paraná (ENDLICH, 2009).

Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar as implicações do processo de emancipação político-administrativa, nos municípios de Quarto Centenário (QC) e Rancho Alegre d'Oeste (RAO) da Mesorregião Centro-Occidental do Estado do Paraná, no período de 1988 a 2016, no tocante ao desempenho socioeconômico, a configuração espacial desses espaços mediante o processo de emancipação, como espaços sociais, geográficos e políticos.

Metodologia

Este estudo tem o intuito de demonstrar as implicações do processo de emancipação político-administrativa, no tocante ao desempenho socioeconômico, a configuração espacial e criação de novos espaços sociais e políticos, bem como, verificar o alcance destes como espaços sociais e políticos para cidadãos residentes nessas localidades. A questão principal que permeou o trabalho foi quanto ao que acontece nos municípios recém-emancipados na perspectiva social?



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Assim, fazem parte como recortes para estudo mais aprofundado desta pesquisa os municípios de QC e RAO, ambos pertencentes a microrregião de Goioerê/PR, na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense (Quadro 1).

Quadro 1 – Recorte Espacial do Estudo

Microrregião	Município	Data de Instalação
Goioerê	Quarto Centenário	01/01/1997
	Rancho Alegre d'Oeste	01/01/1993

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Considerando que as perspectivas para melhoria dos espaços de vivência e convivência dos cidadãos nos municípios, parecem passar pelo campo dos avanços locais, integradas de modo sustentável, acreditamos que uma das alternativas possíveis, encontrada pelos gestores locais, para o tão almejado avanço, tem sido a busca pela emancipação dos distritos, elevando-os a categoria de municípios, processo este que ocorreu em diversas localidades do Estado do Paraná, nos últimos vinte anos (ENDLICH, 2009).

Para que pudessemos avaliar com profundidade as implicações do processo de emancipações nos municípios objetos de estudo, formulamos as seguintes questões de pesquisa: i) Constituem os novos municípios no Brasil, espaços em que a sociedade alcança melhor acesso a equipamentos e serviços públicos? ii) Há ganhos sociais locais com esse processo emancipação?

A pesquisa teve um caráter exploratório, com o intuito de descobrir relações entre as variáveis do estudo. Uma pesquisa pode ser considerada de natureza exploratória, quando esta envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e aplicação de questionários, junto a quem teve ou tem, experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 1999).

O delineamento foi do tipo transversal, uma vez que foram verificadas as motivações e resultados do processo de emancipações político-administrativas, nos municípios objetos de estudo, em determinado ponto no tempo.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Desta maneira, houve a necessidade de elaboração de um Instrumento de Coleta de Dados (ICD) que foi aplicado junto à população dos municípios pesquisados. Em QC o ICD foi utilizado como questionário, tendo o mesmo sido aplicado para 78 pessoas.

Ainda na intenção de aprofundarmos o cunho qualitativo da pesquisa, em RAO aproveitamos o mesmo instrumento (ICD), mas como roteiro de entrevista, tendo sido realizadas 30 entrevistas neste município.

Resultados e Discussão

Neste estudo a emancipação municipal é entendida, como o movimento e reivindicação de uma população de um dado espaço, que busca por autonomia. A categoria emancipação surgiu na modernidade à partir das ideias iluministas. Encontra-se no âmbito acadêmico dois tipos de emancipação, a política e a humana. O recorte temático desse trabalho, contudo, é quanto a emancipação política espacial, mais especificamente, foram enfocados aspectos de emancipação política, na criação de novos municípios no Paraná.

Iniciamos nossa análise dos municípios selecionados salientando que os mesmos são localidades recém-emancipadas, da Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná. Como recém-emancipados compreendemos os municípios que estiveram no último conjunto de emancipações existentes no Brasil, antes da Emenda Constitucional nº 15 de setembro de 1996 (EC-15/1996).

Antes de sua emancipação, QC e RAO eram distritos do município de Goioerê. Ambos passaram por um processo semelhante a outros municípios paranaenses: surgiram como povoados e passaram a categoria de distrito; em seguida buscaram sua emancipação, como forma de adquirir autonomia para administrar os recursos da localidade, em prol de atividades necessárias ao bem estar de sua população, buscando assim construir e constituir um novo espaço social, que melhor atendesse as necessidades de sua população.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Em QC, dentre as melhorias apontadas pelos respondentes, podemos citar: construção de um novo colégio no município; implantação do nível escolar de ensino médio; contratação de mais professores, tanto na rede municipal, como na rede estadual de ensino; reforma da biblioteca e da antiga escola existente no município; melhorias no transporte escolar para os alunos da zona rural, dentre outras. Porém, uma minoria dos pesquisados ainda reclamam dos serviços na área educacional, por entenderem que não há apoio adequado, por parte dos gestores municipais, para que seja feito realmente um trabalho de boa qualidade, na área da educação. Na Figura 1 demonstramos os percentuais de respostas positivas (azul) e negativas (vermelho), em relação a cada quesito questionado aos respondentes da pesquisa.

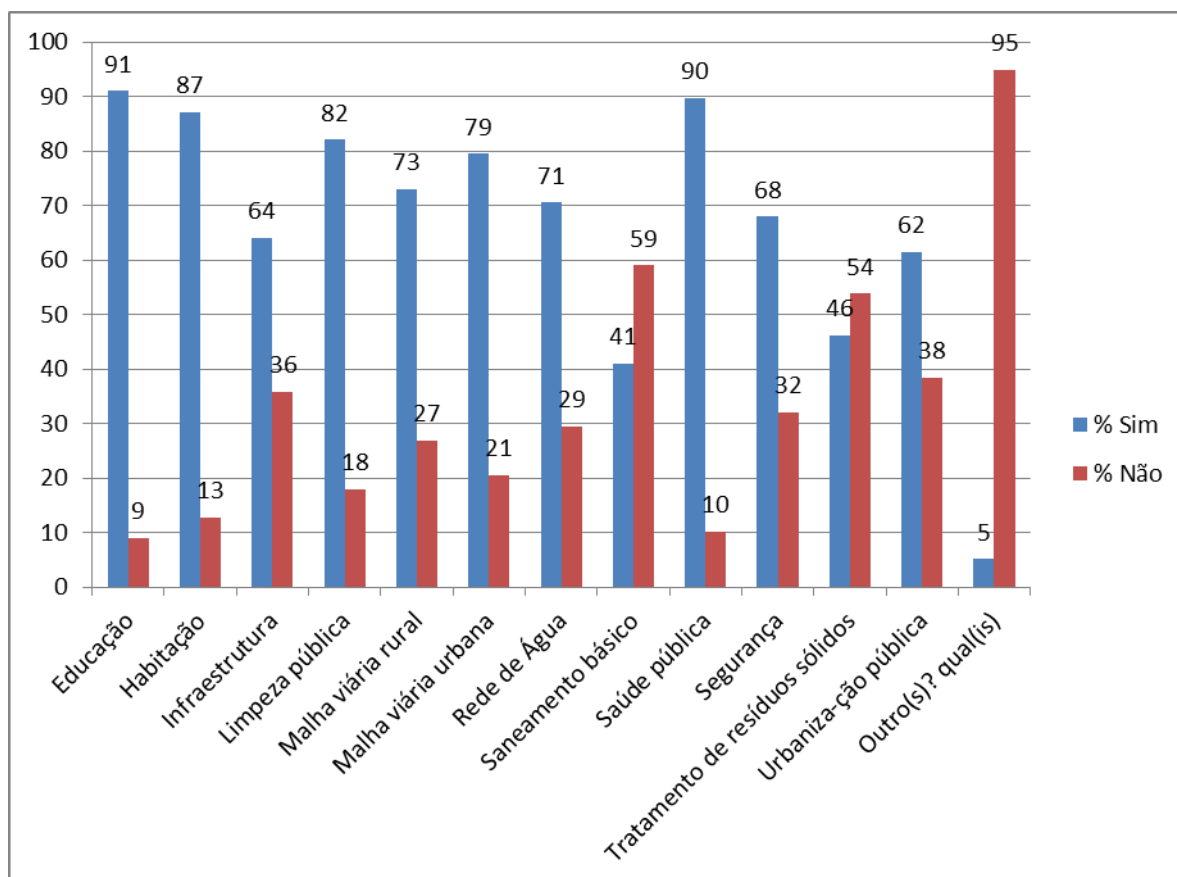


Figura 1 – Quarto Centenário, serviços públicos que melhoraram após a emancipação, 2016



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Observamos ainda que, mesmo tendo se emancipado, o município ainda apresenta dificuldades de desenvolvimento e crescimento econômico capaz de ser sustentável, e isso se deve ao fato de ser pequeno, tanto na extensão quanto no que se refere à população, pois desde 2007 apresenta pouco crescimento.

Percebemos também que desde a instalação do município, ocorrida em 1997, o número de habitantes tem diminuído sensivelmente. Provavelmente, devido à falta de expectativas de crescimento econômico do município ou por causa de melhores oportunidades encontradas em municípios vizinhos.

A maioria dos entrevistados concordou que as melhorias advindas da emancipação foram suficientes para mostrar aos moradores que a emancipação era necessária e que muito se poderia e se pôde fazer após 1997.

De modo geral constatamos que a emancipação de QC foi positiva e muito significativa quando se compara o período anterior e posterior a sua ocorrência, tendo propiciado melhorias na qualidade de vida de seus moradores, assim como melhorias na prestação de serviços públicos, dando condições ao município de crescer social e economicamente.

Em RAO constatamos que após a emancipação, o novo município começou a receber investimentos públicos para urbanização, possibilitando melhores condições de moradia e revitalização de ruas e praças, abertura e conservação de estradas rurais, bem como, melhorias no ensino básico, o que, aparentemente, contribuiu para a fixação da população no município, haja vista que houve uma diminuição no ritmo da evasão da população, a partir da década de 1980. Observamos que este processo de evasão populacional foi, significativamente, mais acentuado, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980.

Como constatamos junto aos respondentes, os serviços públicos que podem proporcionar vida digna aos cidadãos, melhoraram após a emancipação do município de RAO. Estes serviços encontram-se listados a seguir na Figura 2.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

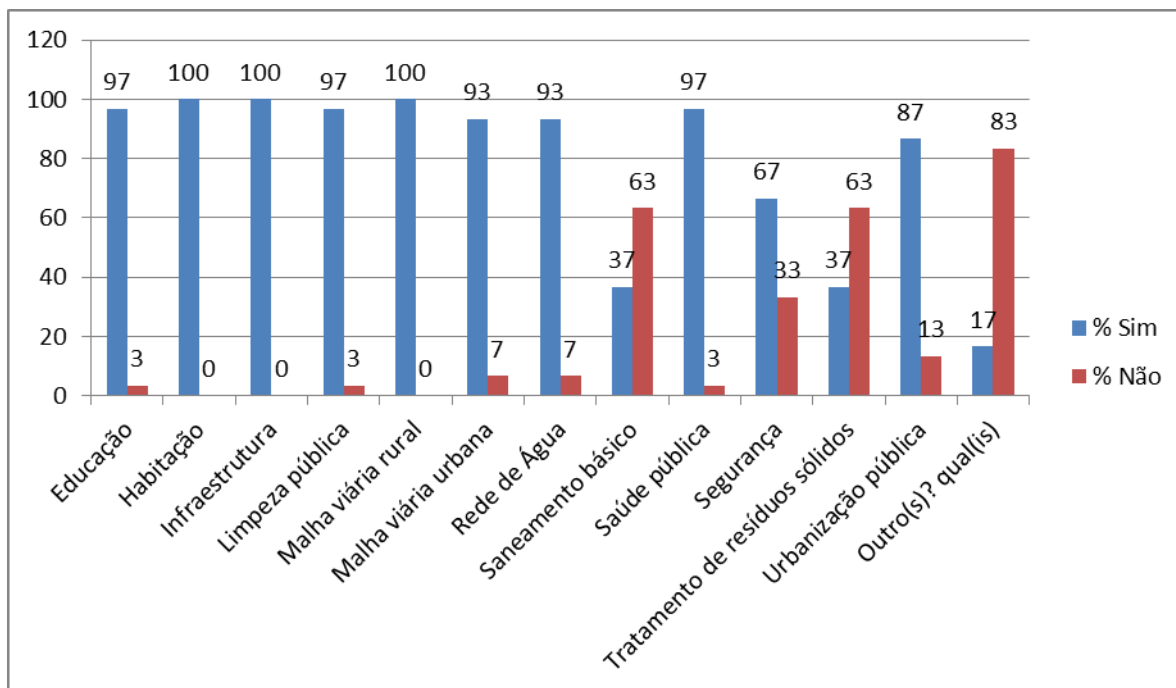


Figura 2 – Rancho Alegre d'Oeste, serviços públicos que melhoraram após a emancipação, 2016

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A partir dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas, ficou claro que, nesse município, houve muito esforço e luta de sua população pela emancipação o que foi determinante para que o processo se concretizasse. O que observamos é que o governo local é organizado e se empenha cada vez mais, juntamente com o povo, para administrar suas necessidades e lidar com as possíveis adversidades apresentadas pelo ambiente e pela conjuntura socioeconômica exógena.

Assim, podemos argumentar que, com sua emancipação, houve ganhos sociais e econômicos, inegáveis ao município de RAO. Isto porque a administração municipal está mais perto de seus cidadãos, logo se sensibiliza mais com suas necessidades, assumindo a tarefa de providenciar/ofertar serviços públicos, para melhorar a qualidade de vida de sua população e garantir que os cidadãos mantenham sua dignidade humana.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Considerações finais

Este estudo teve a intenção de demonstrar a importância de olhar as emancipações municipais, não somente sob o ponto de vista econômico e pelo viés enfatizado por lideranças políticas, presentes na escala nacional e estadual, mas também sob a ótica do cidadão que vive nas localidades emancipadas.

Enfatizamos a necessidade de se pensar tais emancipações, como sendo uma possibilidade de melhorias nas localidades onde vivem as pessoas, tendo ainda como premissa básica que o fato de que um dos objetivos principais da existência do Estado é proporcionar disponibilização de equipamentos públicos, atendimento e prestação de serviços públicos adequados e condições de vida digna à população. Afinal, o Estado não é finito em si mesmo, mas sim, ele existe, não somente, mas também, para proporcionar segurança e bem estar aos cidadãos que pagam os tributos, contribuindo para com a manutenção e o funcionamento da máquina estatal.

Sendo assim, ao implementar os serviços públicos, o município está produzindo o espaço social e organizando-o diretamente por meio da criação de projetos, de leis e das idéias. No caso dos municípios de QC e RAO a emancipação trouxe consigo algumas exigências, que foram a criação de instrumentos, tais como: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a Lei Orgânica Municipal, a Lei de Perímetro Urbano e a Lei do Zoneamento, os quais contribuem, tanto para a administração municipal, quanto para a própria (re)produção do espaço.

Nesse sentido esta pesquisa indicou que há uma coerência no discurso dos agentes locais, pois entre os moradores dos municípios objeto de estudo, dois consensual o entendimento de que houve melhorias nas condições de vida nesses municípios, isso quando pensamos nos direitos mais elementares, indispensáveis: acesso à escola e assistência básica à saúde. O que nos leva a considerar que a emancipação municipal foi uma resposta favorável às demandas locais. Ainda, desde as instalações destes, deu-se início a um novo período de



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

suas histórias, com os avanços e ganhos sociais oportunizados pela emancipação, ou seja, a passagem de um período para outro, a mudança do conteúdo histórico por meio do seu percurso, porque antes disso, QC e RAO eram distritos de Goioerê, ficando, portanto sujeitos aos desígnios dos municípios de origem. Percebemos que, uma vez emancipados, houve uma ruptura na continuação destes municípios enquanto distritos e passaram a vivenciar assim um novo período, enquanto municípios, pois é de sua competência a promoção do desenvolvimento social e econômico e da cidadania, evidenciando a transformação do espaço.

Por fim esclarecemos que este estudo, não tem a pretensão de esgotar o assunto à partir destas constatações e debates suscitados a respeito do tema. O que nos parece ser possível é estabelecermos um marco teórico, sobre a importância do adequado entendimento a respeito do significado das emancipações municipais, tanto no meio acadêmico, quanto político, servindo assim de ponto de partida para que novas pesquisas sejam suscitadas.

Referências

BRAGA, R.; PATEIS, C. da S. **Criação de municípios: uma análise da legislação vigente no Estado de São Paulo**. Revista de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ISSN 1519-4817). Ano IX / No. 17 / Janeiro-Junho de 2003 / Páginas 7 a 14.

ENDLICH, A. M. **Desafios da escala local no Brasil**. In: **As novas geografias dos países de língua portuguesa – paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal**. CEI – Centro de Estudos Ibéricos, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

HIDRÓN, J. H. **El poder municipal**. 13 ed., L. Vieco e Hijas Ltda., Medellín, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso: em 09/10/2017.

JORGE, K. de S. **Análise da Constitucionalidade dos municípios Criados Após a Emenda Constitucional 15/96: O caso “dos municípios inconstitucionais”**. 07/12/2010. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5009. Acesso em: 12/10/2017.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

KLERING, Luis Roque. **Análise do desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul em 1989.** Análise, Porto Alegre, PUC, v. 1, n. 4, p. 373-400, 1990.

SOUZA, A. D. de. **Novos municípios como espaços sociais e políticos: implicações do processo de emancipação político-administrativa na mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.** Tese de doutorado. Maringá, 2016.